ANATOMIA DE UM DEBATE /

SUPERSALÁRIOS e PENDURICALHOS NAS REDES

redes cordiais

República.org

Pesquisa e Escrita:

Mayllon Oliveira
Marcos Góes

Revisão:

Victor Vicente (Redes Cordiais)
Lucas Brito Cortez (República.org)
Fernanda Braz (República.org)
Fernanda de Melo (República.org)

Projeto Gráfico e Identidade Visual

Mayllon Oliveira
Renan Rodrigues

Coordenação:

Clara Becker (Redes Cordiais)
Daniela Pinheiro (República.org)
Isadora Modesto (República.org)
Victor Vicente (Redes Cordiais)

ANATOMIA DE UM DEBATE:

SUPERSALÁRIOS E PENDURICALHOS NAS REDES

Quais atores se engajam no debate sobre supersalários em plataformas de rede social, como o tema é retratado e como ele se transformou ao longo de uma década.

Principais achados

Este relatório examina o debate público sobre supersalários, os atores e os termos que o acompanham em três redes sociais: **Instagram, YouTube e TikTok**.

O servidor é objeto, não voz.
O debate sobre supersalários no serviço público é feito, em grande medida, sem os servidores comuns. Imprensa e políticos puxam o debate.

Consenso de superfície, conflito de fundo.
A crítica aos supersalários articula esquerda e direita num acordo aparente, que se desfaz no plano tático.

Palavras refletem posição no debate.
"Penduricalho", "supersalário" e "privilégio" são a voz da acusação, usada por partidos e políticos; "verba indenizatória" e "direito" sustentam a defesa de órgãos públicos e juristas; imprensa adota termos descritivos. O servidor comum quase não usa nenhum deles.

Um debate sobre o Judiciário.
Referências ao STF, à magistratura e ao Ministério Público aparecem em 30% a 52% dos posts do Instagram na década e saltam para 75% em 2026; no YouTube, o STF está em 38% dos vídeos.

Duas ondas, dois vocabulários.
O debate se articula em duas ondas: a de 2021, ligada à Reforma Administrativa e ao termo "supersalário", e a de 2026, na qual "penduricalho" se torna dominante.

Uma geografia de dois andares.
O debate se concentra no plano federal (50% dos posts classificáveis, 60% em 2026), sem apagar o andar subnacional: um quarto das menções localizáveis se ancoram em instâncias estaduais e municipais.

1. Contexto: os supersalários no Brasil

O debate de que trata este relatório nasce de uma regra constitucional e das manobras que a contornam. O teto remuneratório, previsto no art. 37, XI, da Constituição, limita a remuneração no serviço público. Na União, corresponde ao subsídio dos ministros do STF; nos estados e municípios, a Constituição estabelece subtetos específicos, que não podem superar esse valor.[1] "Supersalário" é a remuneração que ultrapassa esse teto. “Penduricalho” é a expressão crítica usada para designar gratificações, auxílios e outras parcelas que permitem superar esse limite. A disputa de fundo é sobre quais verbas podem ser legitimamente classificadas como indenizatórias e excluídas do teto, o que exige previsão legal e efetivo caráter de ressarcimento.[2]

Um dos levantamentos mais abrangentes sobre o tema, realizado pelo Movimento Pessoas à Frente e República.org, calcula em cerca de R$ 20 bilhões o gasto com remunerações acima do teto entre agosto de 2024 e julho de 2025. Foi o maior valor na comparação com outros dez países, equivalente a 21 vezes o registrado na Argentina, segunda colocada. Pelo mesmo estudo, 53,5 mil servidores ativos e inativos recebem acima do teto (1,34% da amostra de 4 milhões de profissionais analisada), e quase 40 mil deles estão no 1% mais rico da população.[3] O gasto se concentra na magistratura, com R$ 11,5 bilhões, e no Ministério Público, com R$ 3,2 bilhões.[4]

Dados do Ipea apontam na mesma direção: entre as dez ocupações mais bem remuneradas do funcionalismo, nove estão no Judiciário ou no Ministério Público.[5] O quadro é o de uma fração pequena do funcionalismo, concentrada no topo do sistema de Justiça, o que ajuda a entender por que o debate nas redes gravita em torno da toga.

Defensores dessas parcelas argumentam que, em parte do período, os reajustes do teto ficaram abaixo da inflação. Ainda assim, o mecanismo de contorná-lo por meio de pagamentos extrateto tornou-se progressivamente mais sofisticado.

[1] Cadernos Jurídicos da EPM/TJSP, nº 47 — doutrina sobre o teto remuneratório: https://www.tjsp.jus.br/download/EPM/Publicacoes/CadernosJuridicos/47.7.pdf

[2] Transparência Brasil, sobre a reclassificação de verbas remuneratórias como indenização: https://blog.transparencia.org.br/licenca-compensatoria-pl-dos-supersalarios-valida-a-manobra-que-criou-um-dos-penduricalhos-mais-caros-para-a-administracao-publica/

[3] Guedes-Reis, S. Benchmark internacional sobre teto salarial no setor público. Movimento Pessoas à Frente e República.org, nov. 2025: https://republica.org/wp-content/uploads/2025/11/Benchmark-internacional-teto-salarial-setor-publico.pdf

[4] Síntese dos resultados do estudo na página da República.org: https://republica.org/emdados/conteudo/supersalarios-no-servico-publico-brasil-lidera-ranking/

[5] Ipea — nota sobre desigualdades salariais no funcionalismo público: https://ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/2006-estudo-analisa-desigualdades-salariais-no-funcionalismo-publico-brasileiro

No plano institucional, a resposta aos supersalários tem oscilado entre as vias legislativa e judicial. Em 2014, decisões liminares do ministro Luiz Fux generalizaram o pagamento de auxílio-moradia de até R$ 4.377,73 à magistratura. Em 2018, o próprio Fux revogou essas decisões, em meio à aprovação de um reajuste de 16,38%, que elevou o teto para R$ 39.293,32, em janeiro de 2019. Críticos viram no movimento a substituição de um pagamento extrateto por um aumento do próprio teto, que chegou a R$ 46.366,19 em fevereiro de 2025.[6]

No Congresso, um caso emblemático é o projeto apresentado como PLS 449/2016, depois analisado pela Câmara como PL 6.726/2016. Após a aprovação de um substitutivo, em 2021, a proposta retornou ao Senado como PL 2.721/2021. O texto relaciona 32 tipos de parcelas que poderiam ficar fora do teto e permanece parado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, desde novembro de 2023. Organizações da sociedade civil criticam a versão atual por entenderem que ela legitimaria penduricalhos, em vez de eliminá-los. [7]

Em fevereiro de 2026, o ministro Flávio Dino determinou a revisão das verbas remuneratórias e indenizatórias e a suspensão daquelas sem previsão legal expressa ou com natureza remuneratória disfarçada. Também proibiu a criação ou o reconhecimento de novas parcelas extrateto e fixou prazo para que os Poderes revisassem seus pagamentos.[8] Em 25 de março de 2026, o Plenário do STF reafirmou, por unanimidade, o teto constitucional e estabeleceu dois limites adicionais de até 35% do subsídio: um para determinadas verbas indenizatórias e outro para a parcela vinculada à antiguidade. A decisão também suspendeu determinados pagamentos retroativos e impôs transparência mensal sobre as parcelas pagas.

Para organizações que acompanham o tema, a decisão representou um avanço, mas permaneceu insuficiente. Na avaliação dessas entidades, ela criou, na prática, a possibilidade de pagamentos até 70% superiores ao subsídio dos ministros do STF e classificou como indenizatória uma parcela de natureza remuneratória.[9] Em 30 de junho de 2026, ao julgar os embargos, a Corte flexibilizou alguns pontos da tese, por 6 votos a 4. Admitiu excepcionalmente a indenização de férias, licenças-prêmio e plantões anteriores não usufruídos por necessidade do serviço, dentro do limite de 35%. Separadamente, autorizou a conversão em dinheiro de até 30 dias de plantão por ano. Manteve ainda a proibição de pagamentos extrateto de auxílio-alimentação, assistência pré-escolar e auxílio-creche criados por normas administrativas, leis estaduais ou decisões locais.[10]

Este é o quadro do debate examinado adiante: uma regra constitucional contornada por um repertório crescente de mecanismos.

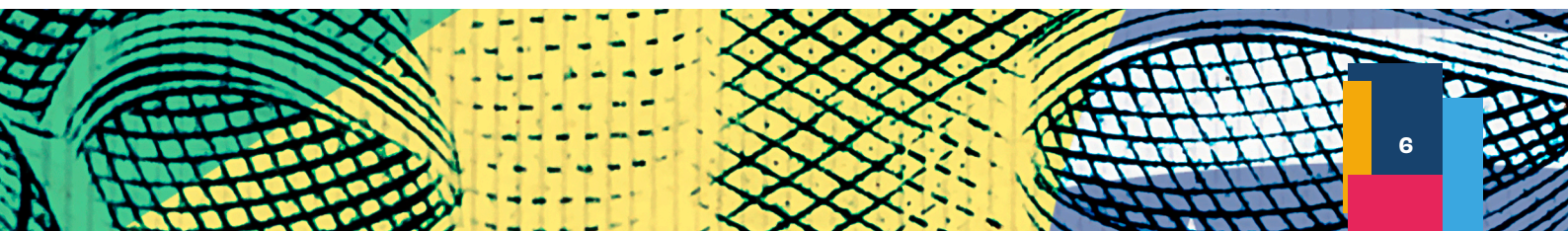
[6] Agência Brasil, sobre o auxílio-moradia e sua revogação por Fux (26/11/2018): https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2018-11/fux-revoga-liminar-que-autoriza-pagamento-de-auxilio-moradia-juizes; sobre o reajuste de 16,38%, ConJur (26/11/2018): https://www.conjur.com.br/2018-nov-26/fux-revoga-auxilio-moradia-juizes-reajuste-stf/

[7] Senado Federal, tramitação do PL 2.721/2021: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/149262; sobre as 32 verbas mantidas, Gazeta do Povo: https://www.gazetadopovo.com.br/economia/projeto-contra-supersalarios-no-servico-publico-mantem-32-penduricalhos/; sobre a posição das organizações, JOTA: https://www.jota.info/legislativo/movimento-pessoas-a-frente-aponta-distorcoes-no-pl-dos-supersalarios-e-quer-novo-o-texto

[8] STF — proibição de novos penduricalhos acima do teto (decisões de Dino, fev/2026): https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-proibe-a-criacao-de-novos-penduricalhos-que-ultrapassem-o-teto-constitucional-no-servico-publico/

[9] Nota pública da Transparência Brasil sobre a tese (26/03/2026): https://www.transparencia.org.br/noticias/nota-publica-julgamento-stf-penduricalhos/

[10] ConJur, com a íntegra da tese e o rol de verbas permitidas e vedadas (25/03/2026): https://www.conjur.com.br/2026-mar-25/stf-fixa-tese-que-limita-pagamento-de-verbas-indenizatorias-para-magistratura-e-mp/



2. Sobre os dados

A análise se apoia em três coletas independentes, uma por rede, que reúnem publicações com o vocabulário do debate sobre supersalários. As bases diferem em volume e natureza. Elas não devem ser somadas nem comparadas termo a termo, pois resultam de critérios de coleta e de limpeza próprios. São amostras do fenômeno, acima de tudo.

No plano quantitativo, o Instagram reúne 8.520 publicações de 1.896 contas (2016–2026); o YouTube, 2.096 vídeos de 648 canais (junho de 2025 a junho de 2026); e o TikTok, 666 publicações de 456 contas.

A coleta se deu via Meta Content Library, no Instagram; YouTube Data Tools[11], no YouTube; e Zeeschuimer[12], no TikTok. Cada base foi depurada para reter apenas o conteúdo que usa o vocabulário do debate. O Instagram traz legenda, data, seguidores e engajamento por post; o YouTube, título, descrição, data, duração e visualizações; o TikTok, dados de conta, visualizações e interação, sem data.

[11] O YouTube Data Tools (YTDT) é um conjunto de módulos que extrai dados do YouTube por meio da YouTube Data API v3. Foi criado por Bernhard Rieder, professor associado de Media Studies na Universidade de Amsterdã e pesquisador da Digital Methods Initiative, Países Baixos. Referência: Rieder, B. (2015). YouTube Data Tools (Version 1.43) [Software]. Disponível em https://ytdt.digitalmethods.net.

[12] O Zeeschuimer é uma extensão de navegador (Firefox) desenvolvida pela Digital Methods Initiative, grupo de pesquisa da Universidade de Amsterdã (Faculdade de Humanidades), criada por Stijn Peeters. A ferramenta captura publicações de plataformas de mídia social, entre elas o TikTok, a partir do tráfego gerado durante a navegação manual do pesquisador. Referência: Peeters, S. (2022). Zeeschuimer [software]. Digital Methods Initiative. DOI: 10.5281/zenodo.6826877.

3. Quando se publica (e quanto)

A base cobre o período de fevereiro de 2016 a junho de 2026, com duas ressalvas de leitura: o TikTok fica fora do eixo temporal porque a base não tem data — uma limitação da coleta — e o YouTube só entra a partir de junho de 2025.

O debate se organiza em duas ondas. A primeira, em 2021 (1.461 posts no Instagram), acompanha a Reforma Administrativa, a Proposta de Emenda à Constituição 32 (PEC 32), e o enquadramento do "custo do funcionalismo". A segunda começa no fim de 2025 e domina 2026. Os picos contam histórias diferentes em cada rede. No YouTube, fevereiro de 2026 concentra 799 vídeos, 38% de toda a coleta. A rede reage à decisão do ministro Flávio Dino sobre penduricalhos e ao Congresso, que na mesma semana aprovou reajuste e gratificações para os próprios servidores. O SBT News resume: "Congresso aprova reajuste e bônus para servidores; salários podem chegar a R$ 77 mil".[13] No Instagram, o pico vem um mês depois: março de 2026, com 384 posts, o mês da tese do STF (fevereiro tem 212 posts; abril, 314).

O painel de termos mostra o deslocamento do vocabulário. Nos anos iniciais, "teto" e "verba indenizatória" estruturam o debate num registro técnico. Em 2021, "supersalário" assume a dianteira, com 646 posts no ano, contra 338 de "penduricalho". Em 2026, "penduricalho" aparece em 898 posts e "supersalário" cai para 272. No YouTube, "penduricalho" está em 45% dos vídeos e "supersalário" em 31%. "Verba indenizatória", o termo com que os pagamentos se justificam, também cresce em 2026, com 427 posts, mas por outra razão: as decisões do STF tratam dessas verbas, e a imprensa usa o termo técnico para descrevê-las.

[13] SBT News, YouTube (05/02/2026): https://www.youtube.com/watch?v=0vVvVzLFl4g

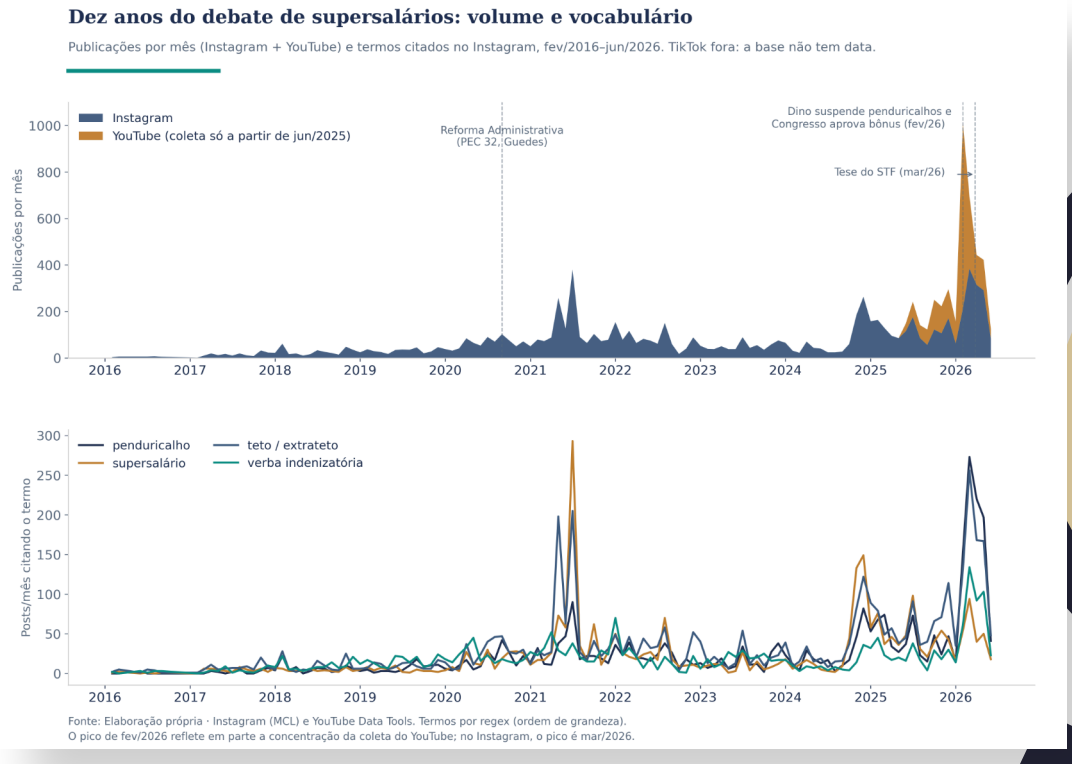


Figura 1 — Publicações por mês e termos que as nomeiam (Instagram + YouTube), 2016–2026. TikTok fora por ausência de data.

4. Um alvo constante, personagens que mudam

Ao longo de dez anos, o debate preserva um alvo estrutural: o Judiciário. Referências ao STF, à magistratura e ao Ministério Público (MP) aparecem em 30% a 52% dos posts do Instagram durante quase toda a série, e saltam para 75% em 2026. No YouTube, o STF está em 38% dos vídeos da coleta, e o Congresso, segundo alvo institucional, em 25%.

O que muda são as figuras que personificam o tema. Entre 2020 e 2022, Bolsonaro aparece em 170 posts de 2021, articulado à Reforma Administrativa e ao "custo do funcionalismo", com Paulo Guedes ao lado. Essa moldura se desfaz a partir de 2023. Em 2026, os ministros do STF ocupam o lugar: Dino aparece em 264 posts, Gilmar Mendes em 200 e Alexandre de Moraes em 118, contra 13 de Bolsonaro. No YouTube, Dino é o nome mais citado do ano: está em um de cada cinco vídeos da coleta.

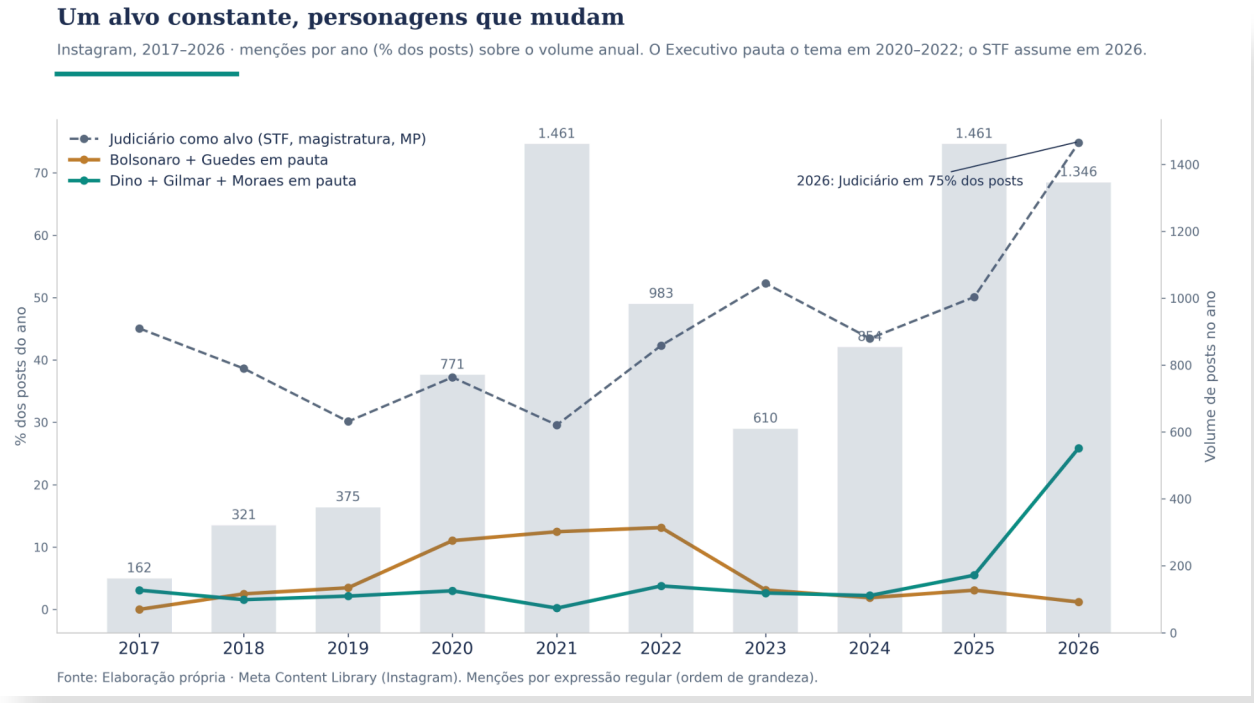


Figura 2 — O Judiciário como alvo permanente e a rotação das figuras que pautam o tema. Instagram, 2017–2026.

5. Quem fala, fala como

5.1 O termo que cada grupo usa

O termo escolhido não é neutro; cada categoria de ator tem preferências. A tabela a seguir mostra a frequência de uso dos termos nas postagens coletadas. O somatório das linhas ultrapassa 100%, pois postagens únicas podem empregar mais de um termo.

CATEGORIA	PENDURICALHO	SUPERSALÁRIO	PRIVILÉGIO	VERBA INDENIZ.	DIREITO	TETO
Partido Político	37%	54%	50%	16%	7%	51%
Político	32%	45%	36%	21%	7%	37%
Criador de conteúdo	41%	36%	21%	17%	13%	47%
Veículo Jornalístico	35%	28%	9%	30%	15%	49%
Órgão Público	14%	2%	5%	52%	14%	47%
Jurista / Advogado	41%	15%	21%	9%	41%	53%
Sindicato / Movimento	26%	26%	22%	7%	25%	53%
Servidor Público	8%	6%	5%	8%	8%	30%

Leitura: dos posts que cada categoria tem na base do Instagram (8.520 registros), a tabela mostra a parcela que cita cada termo. Dos 276 posts de partidos políticos, por exemplo, 54% citam "supersalário". A proporção se refere aos posts coletados para a base analisada, não a tudo o que a categoria publica na rede.

Três léxicos convivem. O da **acusação**, "supersalário", "privilégio" e "penduricalho" compõem a voz de partidos e políticos: "privilégio" está em 50% dos posts de partidos e em 36% dos de políticos, contra 9% da imprensa.

Os termos de **defesa** e descrição aparecem nos órgãos públicos, em que "verba indenizatória" domina (52%) e "supersalário" praticamente não existe (2%); juristas preferem "direito" (41%) e **termos descritivos**, como "teto". A imprensa fica também com registros descritivos. Há ainda um silêncio que diz muito: o servidor comum quase não usa o vocabulário do debate; nenhum termo passa de 30% em seus posts.

A renomeação é um ato político. Partidos e parlamentares fazem a tradução às claras, ao tomar os termos "indenização" ou "auxílio", e reembrulhá-lo como "penduricalho"; vencer a disputa da palavra é vencer a disputa política.

5.2

A disputa pela bandeira

A crítica ao supersalário atravessa o espectro político: esquerda e direita atacam em conjunto, um arranjo raro. Cada polo, porém, elege um vilão e disputa a autoria da bandeira. À esquerda, o enquadramento é de classe, e Guilherme Boulos é o rosto do PL 4.413/2024, projeto próprio que batizou de "PL do Fim dos Supersalários".[14]

O texto que mais foi debatido no Congresso é outro, o PL 2.721/2021, mencionado anteriormente; o de Boulos foi o que predominou no debate das redes, dentre os posts coletados. O deputado articula o tema aos adversários:

> **'Os supersalários são um escândalo! [...] Sabe o Braga Netto, indiciado junto Bolsonaro? Ele é um dos privilegiados com supersalários."[15]**

A deputada Tábata Amaral contrasta privilégio e necessidade, "Qual é o privilégio do nosso povo? Comida na mesa!".[16] A disputa vai além do Instagram: no YouTube, o mandato coletivo do PSOL reivindica o voto ("FEDERAÇÃO PSOL/REDE VOTOU CONTRA SUPERSALÁRIOS").[17] À direita, o enquadramento se volta contra o Estado, e Kim Kataguiri circula em todas as redes. No Instagram, escracha magistrados:

> **"COMOVENTE: JUÍZA NÃO TEM CARRO OFICIAL COM DINHEIRO PÚBLICO! "[18]**

[14] Câmara dos Deputados, tramitação do PL 4.413/2024 (apensado ao PL 4.077/2024): https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2469722
[15] @guilhermeboulos.oficial, Instagram: https://www.instagram.com/p/DCppj0zMISb/
[16] @tabataamaralsp, Instagram: https://www.instagram.com/p/Cds-3Hsjfvo/
[17] PSOL na Câmara, YouTube (05/02/2026): https://www.youtube.com/watch?v=mWqsZ5mPZW
[18] @kimkataguiri, Instagram: https://www.instagram.com/p/DVYcAGHjjjB/

No YouTube, falas de Kataguiri se multiplicam em cortes de terceiros: 31 vídeos da coleta o citam. Dois trechos de uma mesma entrevista ao programa The Noite somam 839 mil visualizações num único canal de cortes; um deles leva o título "Kim Kataguiri fala como políticos burlam teto constitucional" [19]. O rótulo de "políticos" é o enquadramento dos canais de corte; o mecanismo descrito na fala, segundo o resumo de um terceiro corte, é a criação de supersalários "através de auxílios pagos retroativamente, que podem gerar contracheques de mais de R$ 2,5 milhões em um único mês".[20] O formato alcança outros parlamentares do mesmo campo: a deputada Júlia Zanatta aparece em corte equivalente sobre os salários acima do teto na Câmara, com 718 mil visualizações.

O Partido Novo recorre à "elite do funcionalismo" e ao "efeito cascata" do teto, enquanto a Revista Oeste ancora o tema num discurso contra o Estado.

A defesa dos supersalários é rara, muitas vezes institucional, e vira alvo quando aparece. O caso emblemático de 2026 no Instagram é o de uma desembargadora do Tribunal de Justiça do Pará, que afirmou que magistrados passaram a enfrentar "dificuldades financeiras" após o corte de verbas, e cuja fala circulou por dezenas de veículos como símbolo do descolamento da magistratura.

Em abril, um segundo episódio percorreu o YouTube: uma desembargadora comparou o efeito do fim dos penduricalhos à "escravidão", e a fala virou manchete nos grandes canais: "Desembargadora ganhou R$ 91 mil, e diz que tem juiz rumo à escravidão" (Band Jornalismo, 58 mil visualizações);[21] "Com salário de R$ 90 mil, magistrada diz que fim dos penduricalhos pode levar categoria à escravidão" (SBT News).[22]Novamente, a defesa pública do próprio salário vira símbolo de descolamento.

Há ainda uma terceira voz, que o Instagram quase não mostra e o YouTube revela: os sindicatos de servidores comuns. Eles não defendem os supersalários; disputam o enquadramento do debate. Nos seus canais, o tema aparece como pretexto da Reforma Administrativa contra quem ganha pouco: "A farsa dos supersalários" e "A mira nas costas de quem ganha menos de R$ 3.000" (Pública Central do Servidor);[23] "Não precisa precarizar o serviço público para tratar dos super salários!" (SIMPE RS),[24] sindicato que também adere à pauta, ao defender o teto único para todos os Poderes.

Do lado dos movimentos, o Centro de Liderança Pública (CLP) atua em duas redes ao mesmo tempo: responde por 54 dos 58 posts da categoria ONG no Instagram e mantém produção constante no YouTube ("83% dos brasileiros querem o fim dos #supersalários").[25] Outras organizações do campo aparecem por um caminho diferente: Transparência Brasil, Movimento Pessoas à Frente e República.org pautam o debate como fonte citada pela imprensa e pelos políticos, em 88, 62 e 48 posts do Instagram, respectivamente. O CLP aparece com seu próprio perfil; os demais entram por estudos que produzem, sendo mobilizados por usuários e/ou reportagens de veículos de comunicação.

[19] Canal Cowold, cortes do programa The Noite (SBT), YouTube (12/09/2025), 639 mil e 199 mil visualizações: https://www.youtube.com/watch?v=v8PrXvogDZ8 e https://www.youtube.com/watch?v=TgVsvPD7U8g.

[20] Canal highlights BR, YouTube (21/09/2025), descrição do corte "A 'mágica' dos políticos para burlar o teto de gastos!": https://www.youtube.com/watch?v=ljTG5xh1gcA

[21] Band Jornalismo, YouTube (21/04/2026): https://www.youtube.com/watch?v=d1Ar8tQsWhg.

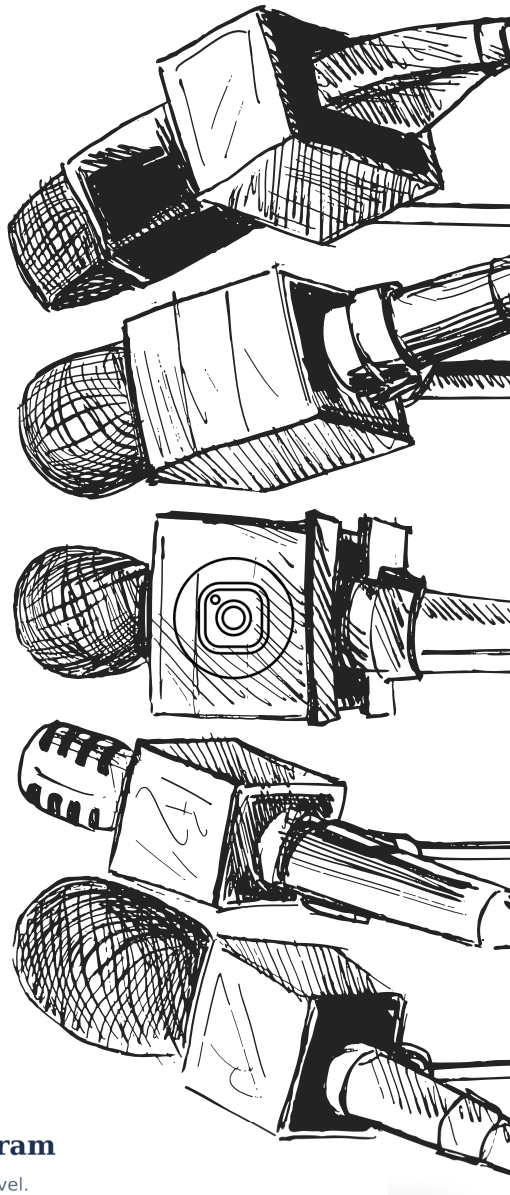
[22] SBT News, YouTube (22/04/2026): https://www.youtube.com/watch?v=jjRHPAxo3Ok

[23] Pública Central do Servidor, YouTube (03 e 09/10/2025): https://www.youtube.com/watch?v=yx_6f9NiDkQ e https://www.youtube.com/watch?v=5Vjue5Gn0jA

[24] SIMPE RS, YouTube (14/10/2025): https://www.youtube.com/watch?v=24cr_Gvh64c; sobre o teto único (19/02/2026): https://www.youtube.com/watch?v=zJOOX6lNebk

[25] Centro de Liderança Pública, YouTube (17/07/2025): https://www.youtube.com/watch?v=0axi3aYfMfU

6. Onde o debate acontece



A geografia do debate tem duas camadas de confiabilidade. A primeira, o nível institucional, tem classificação na base do Instagram e é robusta; a segunda, a distribuição por estado e região, foi reconstruída por inferência e é apenas direcional.

No Instagram, 81% dos posts puderam ser classificados quanto ao nível institucional que tocam. Entre eles, metade (50%) toca o plano federal, articulado ao STF, ao Congresso e à magistratura da União.

Um quarto do debate localizável fica fora desse plano, em assembleias legislativas, tribunais de justiça estaduais e câmaras municipais: 14% no nível estadual e 11% no municipal. O restante (25%) mistura níveis. Em 2026, sob o efeito dos episódios do STF e do Congresso, a fração federal sobe a 60% dos posts classificáveis do ano.

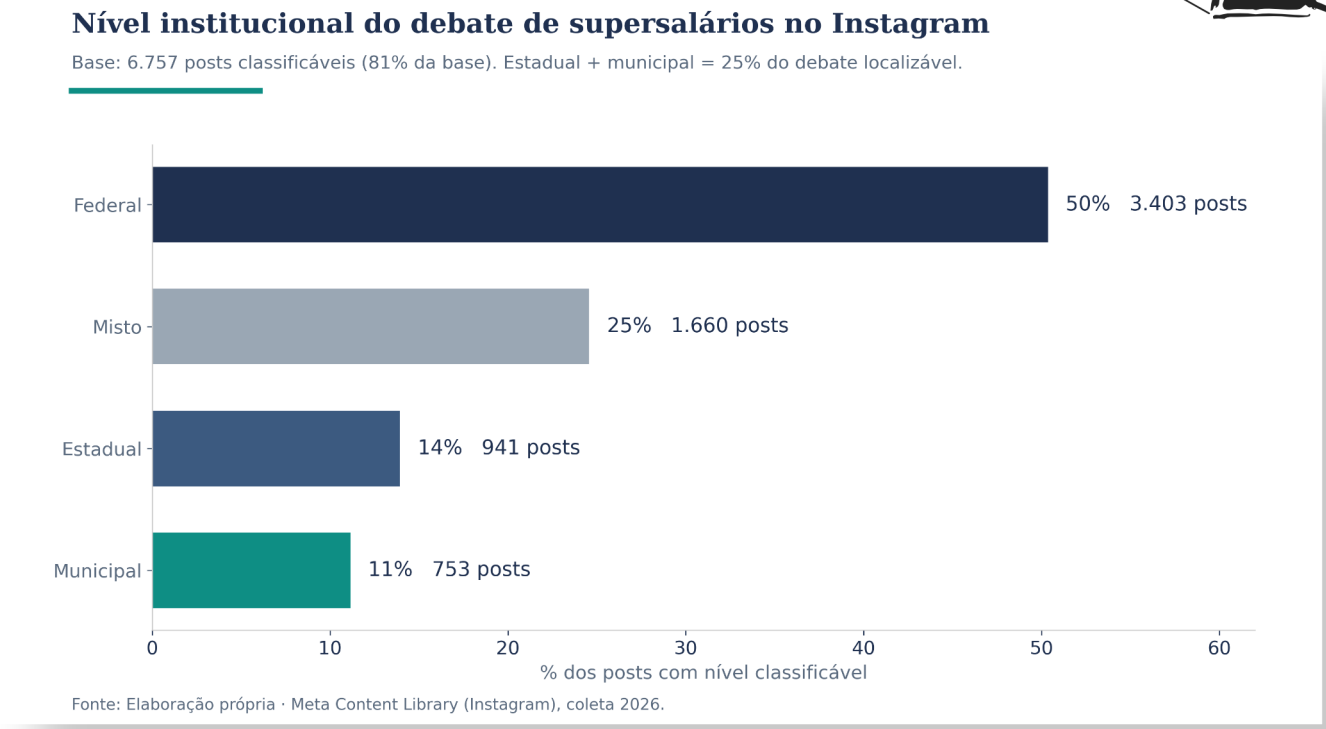


Figura 3 — Nível institucional do debate no Instagram (6.757 posts classificáveis).

A distribuição por região vem das informações a partir da bio e do conteúdo, com cobertura parcial (54% das contas no Instagram, 18% no TikTok), e mede a unidade federativa que a conta referencia na bio, não necessariamente sua residência.

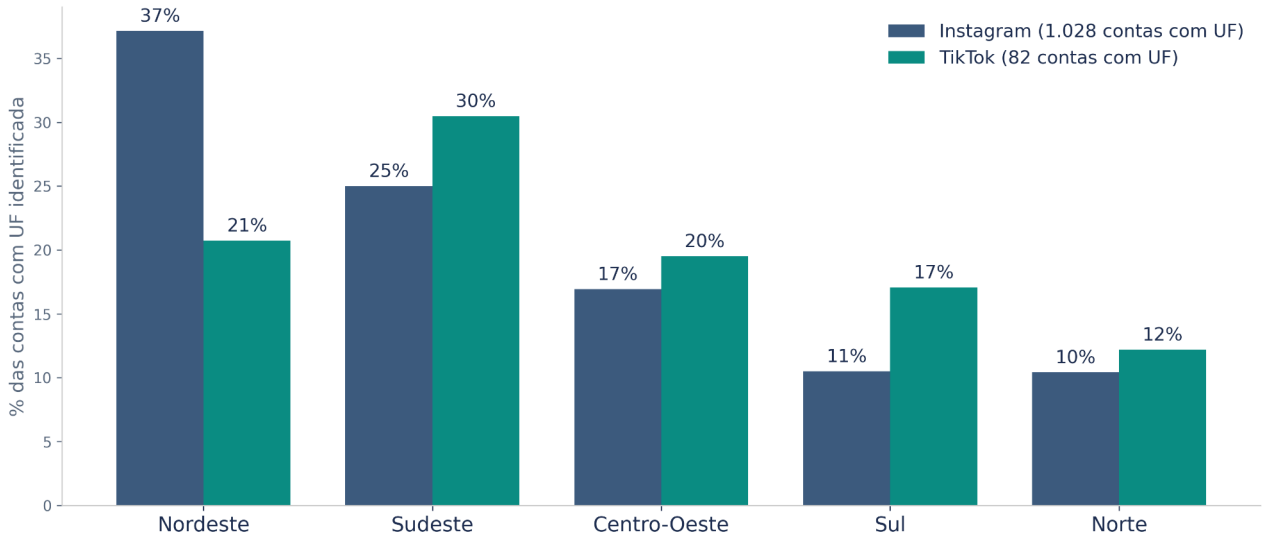
Com essa ressalva, o contraste principal se mantém: no Instagram o debate se concentra no Nordeste, com 37% das contas identificadas, à frente do Sudeste (25%).

Quem puxa a contagem são os portais e blogs de política local, que na maior parte das vezes reproduzem o noticiário nacional para audiências de cidade e de estado: o @blogdobg (RN), veículo mais ativo da região no tema, com 132 posts, e perfis como @politicaalagoana (AL), @justicapotigua (RN) e @opiauiense (PI), que carregam o estado no próprio nome.

Outro ponto no ecossistema do debate é que 83% das contas nordestinas com UF são veículos, contra 60% no Sudeste, onde os políticos pesam mais (29%). Há ainda um efeito de método: a inferência capta a referência local da conta, e por isso esses portais entram no mapa, enquanto as grandes redações nacionais, sem âncora de estado, ficam de fora da comparação. Norte (10%) e Centro-Oeste (17%) também aparecem acima do peso populacional. No TikTok, com amostra pequena, o Sudeste lidera (30%), seguido do Nordeste (21%). A base atual do YouTube não traz UF, e a rede fica fora desta comparação.

Distribuição regional das contas, por rede

UF inferida de bio e conteúdo; cobertura parcial (Instagram 54% das contas, TikTok 18%). YouTube fora: a base não traz UF. Números direcionais.



Fonte: Elaboração própria · Instagram (MCL) e TikTok (coleta própria). A UF mede a referência da conta, não a residência.

Figura 4 — Distribuição regional das contas por rede (UF inferida). Números direcionais; YouTube fora por ausência de UF na base; TikTok com amostra pequena.

6.1. Como o debate é noticiado

A denúncia de supersalário segue uma fórmula que se repete: um nome ou um órgão, um valor em reais, uma fonte de transparência e uma avaliação moral. O eixo é federal, mas cada veículo regional localiza o caso do seu estado, e é assim que o debate desce ao território.

Em Alagoas, ao noticiar a remuneração dos conselheiros do Tribunal de Contas, o @portalcadamin resume o tom:

"R$ 134,7 mil, em média, de janeiro a março deste ano. (É salário de CEO de multinacional em pleno território da pobreza.)"[26]

[26] @portalcadamin, Instagram: https://www.instagram.com/p/DIyjSIOOn1l/

No Ceará, o @cearaonline_oficial apoia a denúncia em dado de terceiro:

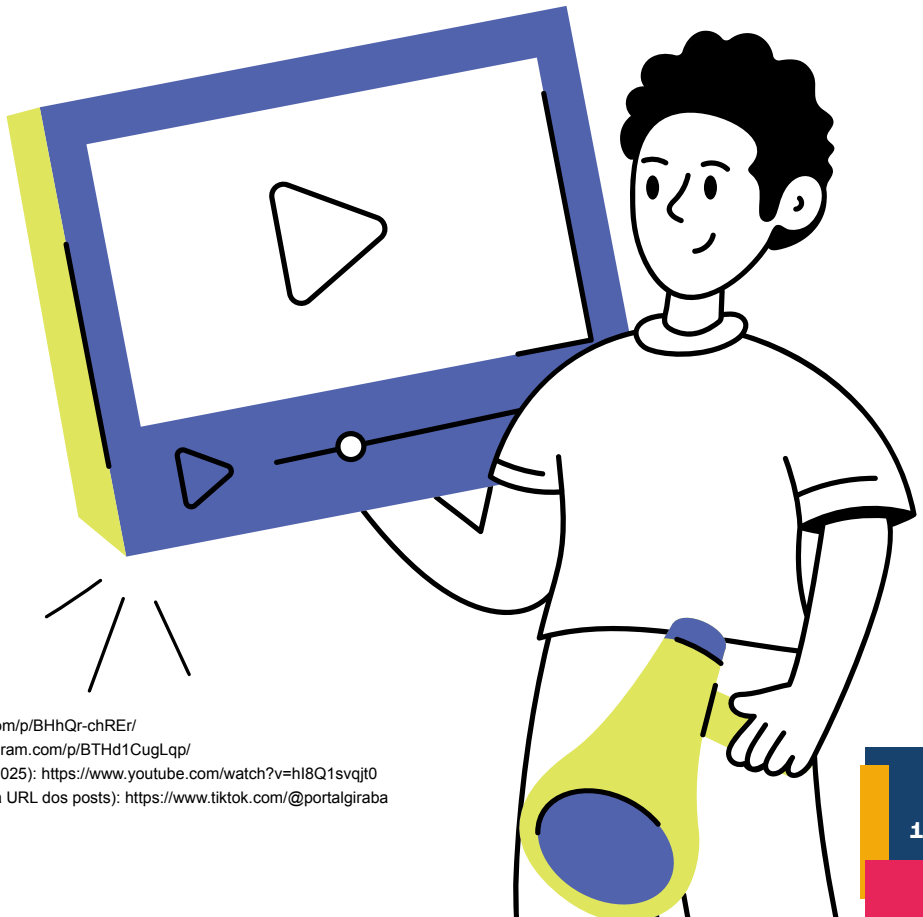
"Um relatório da Transparência Brasil mostrou que todos os membros do Ministério Público do Ceará receberam salários brutos acima do teto constitucional em 2024. O subteto estadual é de R$ 41.845,49, mas 87% dos membros ganharam entre R$ 100 mil e R$ 500 mil extras no ano"[27]

[27] @cearaonline_oficial, Instagram: https://www.instagram.com/p/DPzTdaIEYRo/

No Rio Grande do Norte, o @agorarn dá nome ao caso local: um senador soma salário e pensão de ex-governador: "recebe por mês R$ 64.234,11 dos cofres públicos [...] 90,2% acima do teto".[28] O debate chega também ao município: em Ribeirão Preto, o @tribunaribeirao estampou na capa "Os supersalários da Câmara", ao mostrar que "alguns servidores da Câmara chegam a ter salários superiores a R$ 43 mil, mais altos que o do prefeito".[29] O enquadramento e o formato se repetem; mudam o estado e os nomes.

No YouTube, o movimento de localizar o caso aparece de três formas. Na imprensa regional: a rádio mineira Itatiaia soma 31 vídeos e 542 mil visualizações na base. Na produção de campanha: "Juízes de primeira instância no Acre recebem 43,27 vezes o salário do cidadão comum!!!", publicou o CLP, em vídeo com cerca de 10 mil visualizações.[30] E no viral nacional com endereço estadual: o vídeo mais visto de toda a coleta parte do caso de uma candidata ao governo do Pará aposentada com R$ 82 mil, com 1,8 milhão de visualizações.

No TikTok, a fórmula regional quase não existe. Dos 39 perfis de veículos jornalísticos da base, a maior parte publicou um único vídeo sobre o tema, e a audiência se concentra nas marcas nacionais: o @g1, com 10 vídeos e 2,3 milhões de visualizações, responde por quase metade de tudo o que a imprensa alcançou na rede (4,9 milhões de visualizações nos 58 vídeos somados). Perfis com estado identificado são exceção, como o baiano @portalgiraba, com 103 mil visualizações num único vídeo.[31]



[28] @agorarn, Instagram: https://www.instagram.com/p/BHhQr-chREr/
[29] @tribunaribeirao, Instagram: https://www.instagram.com/p/BTHd1CugLqp/
[30] Centro de Liderança Pública, YouTube (07/07/2025): https://www.youtube.com/watch?v=hI8Q1svqjt0
[31] Perfil no TikTok (a base de coleta não fornece a URL dos posts): https://www.tiktok.com/@portalgiraba

7. Onde o debate vive: as três redes

7.1 As três redes mais usadas do Brasil

A escolha das plataformas acompanha o mapa de uso do país. O Brasil reunia cerca de 150 milhões de usuários de redes sociais no fim de 2025, o equivalente a 70,4% da população.[32] As três redes analisadas neste relatório (YouTube, Instagram e TikTok) são as três de maior audiência.

Usuários no Brasil (2025)	150 milhões	147 milhões	131 milhões (18+)	109 milhões	90 milhões
% da população	70,4%	69,0%	–	51,3%	42,3%

Número de usuários por plataforma no Brasil, fim de 2025 (DataReportal, Digital 2026: Brazil). O WhatsApp não foi considerado.

7.2 Especificidades das redes

No Instagram e no YouTube, a produção do conteúdo cabe à imprensa, e o servidor público comum quase não aparece como autor. No TikTok, o servidor é a maioria das contas mapeadas e tem o maior alcance, com destaque para a segurança pública, cujos vídeos alcançam medianas de dezenas de milhares de visualizações, mas não falam sobre supersalários.

Voz mapeada
veículo 66% + político 17%
Servidores
~1,4% (123 posts)
Texto p/ análise
sim (98%)

Voz mapeada
veículo jornalístico 82%
Servidores
~1% (15 posts)
Texto p/ análise
só títulos

Voz mapeada
servidor público 72%
Servidores
314 contas / 477 posts
Texto p/ análise
quase nenhum

32. DataReportal, Digital 2026: Brazil (Kepios / We Are Social / Meltwater), dados de out/2025.

7.3
O debate no Instagram

O Instagram é a maior e mais longa das três bases: **8.520 posts de 1.896 contas**, de **2016 a 2026**. É também a rede em que o tema está mais consolidado como pauta política. A imprensa publica **66%** dos posts, e políticos e partidos, somados, cerca de **20%.**

Pelo engajamento somado no tema, o topo da rede tem três camadas. A primeira é a conta-vigia: o @rankingdospoliticos, com 302 posts e mais de 2 milhões de interações; um de seus posts mais fortes resume o enquadramento: "Apesar de menos de 1% dos servidores receberem supersalários, estes poucos privilegiados causam um rombo de mais de R$ 2,5 bi".[33]

A segunda camada é a imprensa: GloboNews (830 mil interações em 34 posts), Mídia Ninja (823 mil em 15), Revista Oeste (629 mil em 54) e Metrópoles (491 mil em 107). A terceira são os polos políticos: Guilherme Boulos (790 mil em 27 posts) e Kim Kataguiri (566 mil em 40), com o Partido Novo (382 mil em 89) no campo da direita.

Os posts de maior alcance de 2026 retratam a mesma semana de fevereiro por ângulos diferentes. A conta de recortes @alfinetei somou 488 mil interações num único post sobre a crítica de Kim Kataguiri ao aumento aprovado pelo Congresso;[34] o @pragmatismopolitico chegou a 407 mil afirmando que "sem alarde ou negociação prévia, Flávio Dino acabou com a farra dos supersalários da elite do funcionalismo público";[35] e a GloboNews, a 227 mil com o comentário "ACABOU A CERIMÔNIA" sobre a aprovação "a toque de caixa" do reajuste dos servidores da Câmara e do Senado.[36]

A @alfinetei, com só 4 posts na base, soma 821 mil interações, praticamente o que os 34 posts da GloboNews somam juntos.

Os comentários funcionam como termômetro do que mobiliza. Os dois posts mais comentados da base tratam do mesmo episódio, a fala da desembargadora do TJ-PA sobre "dificuldades financeiras": o @law.letter reuniu 25,8 mil comentários e o @portalg1, 21,6 mil.[37] Em seguida vem a decisão de Dino (21,1 mil comentários no @pragmatismopolitico). No histórico, o post que apresenta o PL do Fim dos Supersalários de Boulos, publicado pela Mídia Ninja em novembro de 2024, passa de 251 mil interações.[38] Um último registro mostra o vocabulário vazando para pautas vizinhas: o post de maior engajamento de toda a base (592 mil interações) é da influenciadora de ciência Jess Peixoto e trata da perda da patente da Polilaminina; os "penduricalhos" entram como item da lista de gastos que o Estado teria preferido manter.[39] O termo virou moeda de indignação geral.

A campanha organizada mobiliza o debate: o Partido Novo publicou 89 posts sobre o tema (382 mil interações), o maior volume entre partidos, e o CLP responde por 54 dos 58 posts da categoria ONG. O histórico também pesa: entre os maiores engajamentos da base há posts de outras fases do debate, como o da Mídia Ninja, de 2021, sobre a autorização para aposentados e militares da reserva receberem acima do teto, com 128 mil interações.[40]

[33] @rankingdospoliticos, Instagram, 14/05/2022: https://www.instagram.com/p/CdioJzDs2pH/
[34] @alfinetei, Instagram, 03/02/2026: https://www.instagram.com/p/DUUHLt2FVi1/?img_index=1
[35] @pragmatismopolitico, Instagram, 06/02/2026: https://www.instagram.com/p/DUbUmL1laLK/?img_index
[36] @globonews, Instagram, 04/02/2026: https://www.instagram.com/p/DUWCHYkk0j5/
[37] @law.letter, Instagram, 19/04/2026: https://www.instagram.com/p/DXXa41-k7FS/; @portalg1, 21/04/2026: https://www.instagram.com/p/DXZBYC2DvOu/
[38] @midianinja, Instagram, 19/11/2024: https://www.instagram.com/p/DCiHyjUvmG1/?img_index=1
[39] @jesspeixoto, Instagram, 18/02/2026: https://www.instagram.com/p/DU6Rdq7EW8c/
[40] @midianinja, Instagram, 21/05/2021: https://www.instagram.com/p/CPJeeH4rwt3/

As hashtags confirmam onde mira o debate:

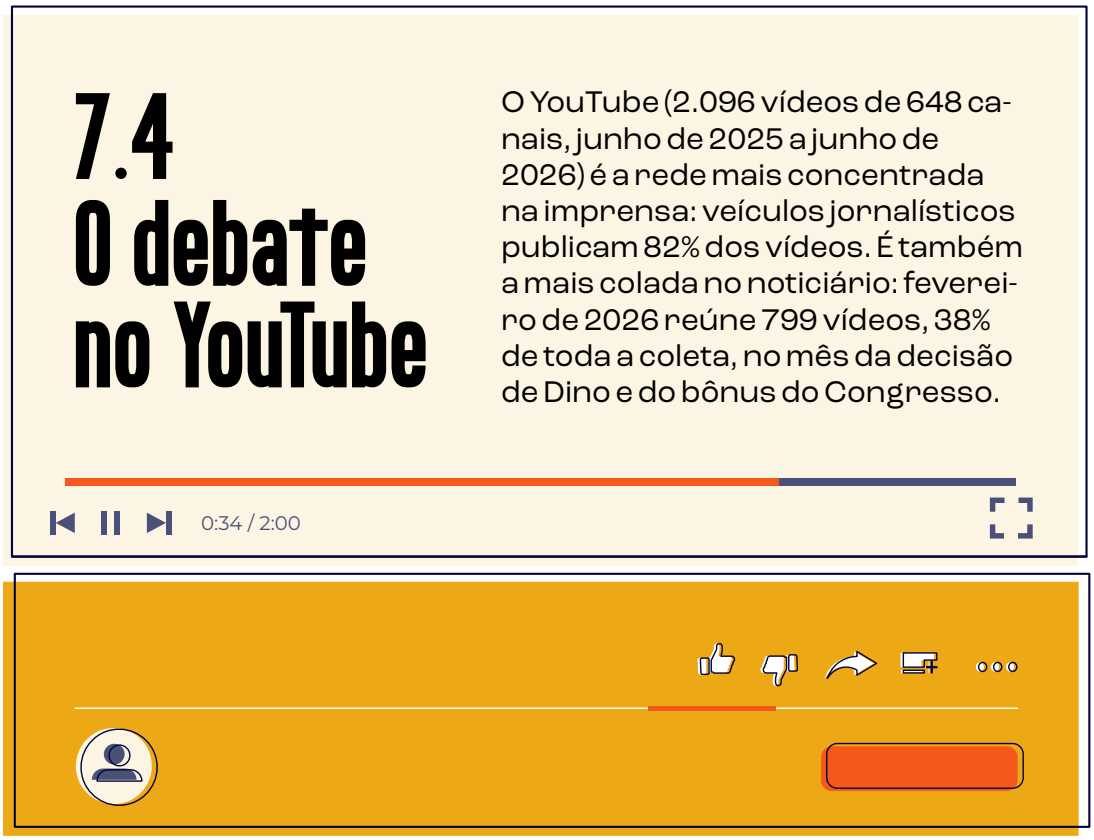
#stf é a mais usada (320 posts), à frente de **#supersalários** (232) e **#penduricalhos** (211). A mobilização organizada também aparece, com **#fimdossupersalários**, em 124 posts.

Metade das contas é micro (10 mil a 100 mil seguidores; 957 contas) e 42% são macro (802), com presença quase nula de contas nano (18). O debate do Instagram é conduzido por contas médias e grandes.

A leitura das faixas pede cautela, porque o campo de seguidores tem erros conhecidos, registrados na nota metodológica.

7.4 O debate no YouTube

O YouTube (2.096 vídeos de 648 canais, junho de 2025 a junho de 2026) é a rede mais concentrada na imprensa: veículos jornalísticos publicam 82% dos vídeos. É também a mais colada no noticiário: fevereiro de 2026 reúne 799 vídeos, 38% de toda a coleta, no mês da decisão de Dino e do bônus do Congresso.



A audiência se divide em dois padrões. O primeiro é o fluxo profissional: CNN Brasil (93 vídeos), Band Jornalismo (59), UOL (55) e SBT News (51) publicam muito e colhem audiência regular; a UOL lidera as visualizações somadas, com 1,8 milhão. O segundo é o viral partidário: canais com um ou dois vídeos que sozinhos alcançam o mesmo que meses de cobertura. O vídeo mais visto da base é do canal Direita de Valor: "Candidata de Lula ao governo do Pará se aposenta com salário de R$ 82 mil", 1,8 milhão de visualizações[41]; na mesma linha, "Júlia Zanatta expõe projeto que permite salários acima do teto na Câmara" (Direita Sem Medo, 718 mil).[42] No viral, o supersalário aparece com nome, partido e rosto do adversário.

Há ainda uma porta de entrada que não é denúncia: a curiosidade salarial. "Quanto ganha um policial do BOPE em 2025?", do canal Só Salários, fez 790 mil visualizações.[43] Parte do público chega ao tema pelo interesse em carreiras e concursos, não pela indignação, e é alcançada pelo mesmo vocabulário. Entre os políticos, Kim Kataguiri é o único com canal próprio no topo: "Eu NÃO participo de ACORDO pra AUMENTAR SALÁRIO do Legislativo" fez 387 mil visualizações,[44] além dos cortes de terceiros já citados na seção 5.2. Flávio Dino, por sua vez, aparece como assunto em um de cada cinco vídeos. Na outra ponta da audiência, os canais de sindicatos e associações (56 vídeos) raramente passam de algumas centenas de visualizações: é onde vive a disputa de enquadramento, quase sem alcance. O caso da desembargadora que comparou o corte de penduricalhos à escravidão, também tratado na 5.2, teve no YouTube seu palco principal, com mais de meio milhão de visualizações somadas nos grandes canais.

[41] Direita de Valor, YouTube (12/03/2026): https://www.youtube.com/watch?v=tRSo0ahWvIA
[42] Direita Sem Medo, YouTube (03/02/2026): https://www.youtube.com/watch?v=H0tOVDqEiRU
[43] Só Salários, YouTube (30/10/2025): https://www.youtube.com/watch?v=8FmOnlQ4G7w
[44] Kim Kataguiri, YouTube (04/02/2026): https://www.youtube.com/watch?v=Nn31mAHEp4o

Os canais de debate institucional levam o tema em formato longo: o Canal UM BRASIL soma 739 mil visualizações em dois vídeos sobre a Reforma Administrativa e a estabilidade do funcionalismo.[45] Os canais de juristas e advogados (74 vídeos) traduzem as decisões para o público de carreiras jurídicas.

E o gênero da indignação genérica também encontrou o tema: "Político do Esquema vs Concursado: Quem é Pior?" é um Short de 5 segundos em formato de meme, feito para circular pelo alcance, não pelo argumento, e contabilizou 559 mil visualizações.[46]

O formato dominante não é o vídeo curto: só 16% dos vídeos têm até um minuto, a mediana de duração é de 2 minutos e 37 segundos, e 18% passam de dez minutos, faixa dos debates, entrevistas e transmissões. Na classificação da própria plataforma, 69% dos vídeos estão em News & Politics.

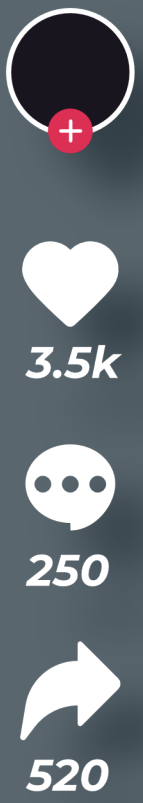
A taxa mediana de engajamento é baixa (3,4%), típica do conteúdo noticioso de fluxo: no conjunto, o YouTube informa mais do que mobiliza, e a mobilização, quando ocorre, se concentra nos virais descritos acima.

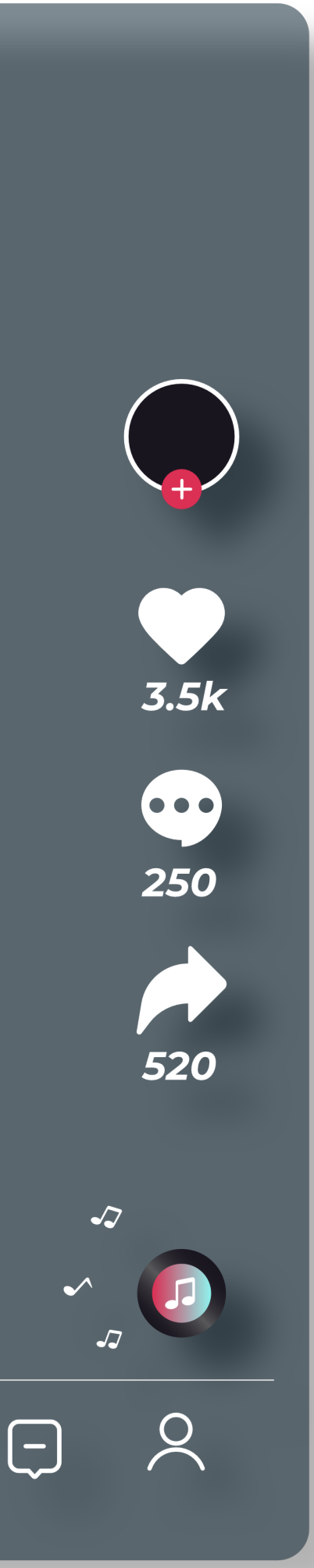
[45] Canal UM BRASIL, YouTube (13/02/2026 e 01/05/2026): https://www.youtube.com/watch?v=klBJbLPSiRE e https://www.youtube.com/watch?v=5Ea5G3Nc0gE

[46] HFNew Atualidades, YouTube (20/12/2025): https://www.youtube.com/watch?v=Ni87dZXmf8s

7.5
O debate no TikTok

No TikTok, das 456 contas da base, 314 (68,9%) são de servidores públicos de três setores, com a Educação à frente (149 contas), seguida de Saúde (87) e Segurança Pública (78). São contas pequenas na maioria: 193 nano (até 10 mil seguidores) e 102 micro (10 mil a 100 mil).





Pequenas no cadastro, grandes no alcance. A mediana de visualizações dos vídeos de servidores de Segurança Pública é de 88,4 mil; a da Educação, 21,6 mil; a da Saúde, 10,5 mil. Políticos (5,9 mil) e veículos de imprensa (6,3 mil) ficam atrás. A taxa de engajamento repete o padrão, com a Segurança Pública na frente (mediana de 6,1%). No TikTok, quem mais alcança gente com conteúdo ligado ao serviço público é o servidor comum, não a imprensa.

Os números individuais impressionam: um único vídeo da professora e orientadora educacional @helinamenezes, de Castanhal (PA), passa de 22 milhões de visualizações; o policial militar @caiocandido_, com 1,6 milhão de seguidores, soma 20,6 milhões em 5 vídeos; o delegado @delegadocharlespessoa, 11 milhões em 11 vídeos.[47] O conteúdo, porém, é a rotina do ofício, o humor e o estilo de vida da profissão, não o salário nem os supersalários.

O debate sobre supersalários propriamente dito chega ao TikTok por políticos e imprensa: os 6 posts de Kim Kataguiri somam 3,9 milhões de visualizações, a maior soma entre contas que não são de servidores; o @g1 fez 2,3 milhões em 10 posts e o @metropolesoficial, 1,2 milhão em 4.[48] Há espaço também para humor de personagem: uma postagem de @dhiegaaa rendeu 873 mil visualizações num único vídeo sobre o trabalho de assistentes sociais.[49] Duas ressalvas de método valem para toda esta subseção: a base do TikTok não traz data nem URL dos posts, e por isso a análise é feita por conta, não por publicação.

[47] Perfis no TikTok (a base de coleta não fornece a URL dos posts): https://www.tiktok.com/@helinamenezes, https://www.tiktok.com/@caiocandido_ e https://www.tiktok.com/@delegadocharlespessoa

[48] Perfis no TikTok: https://www.tiktok.com/@kimkataguiri, https://www.tiktok.com/@g1 e https://www.tiktok.com/@metropolesoficial e https://www.tiktok.com/@jornaldarecord

Os 39 perfis de veículos jornalísticos somam 58 vídeos sobre o tema (4,9 milhões de visualizações), e a maior parte publicou um único vídeo: a cobertura é pontual, sem série nem acompanhamento. As marcas nacionais concentram o resultado (além do @g1 e do @metropolesoficial, o @jornaldarecord fez 486 mil visualizações com dois vídeos), e a mediana de visualizações dos veículos, 6,3 mil, fica abaixo da mediana dos servidores. A taxa mediana de engajamento é de 3,9% nos veículos, contra 4,8% a 6,1% nos servidores, a depender do setor. No TikTok, a imprensa alcança menos e mobiliza menos que o servidor comum mostrando a rotina.

A lista dos maiores alcances de servidores segue pela Segurança e pela Educação: o @tenente_caveira fez 10,2 milhões de visualizações com um único vídeo; a professora @nayalla1, 8,9 milhões; a professora @prof.fergarcia, de Londrina, 7 milhões; o bombeiro @brunocleurier, 6,8 milhões; e a @micestsil, que se apresenta como "a funcionária pública do TikTok", 5,2 milhões.[50]

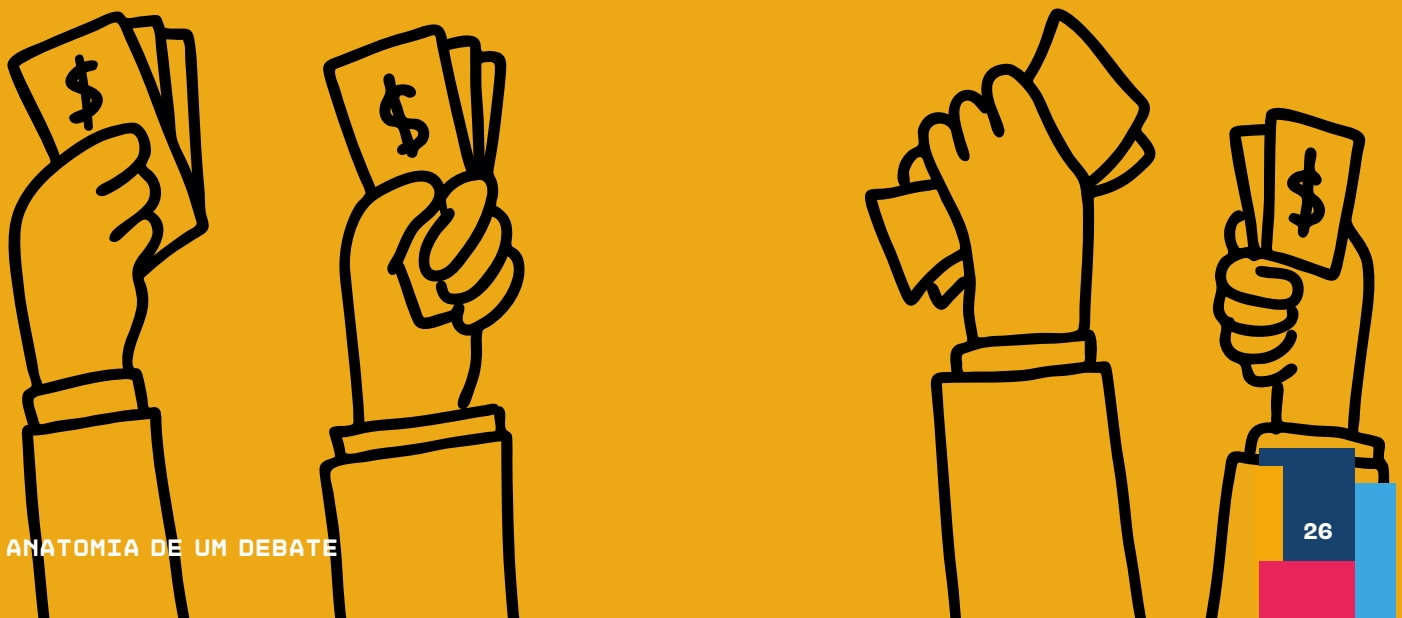
[50] Perfis no TikTok (a base de coleta não fornece a URL dos posts): https://www.tiktok.com/@tenente_caveira, https://www.tiktok.com/@nayalla1, https://www.tiktok.com/@prof.fergarcia, https://www.tiktok.com/@brunocleurier e https://www.tiktok.com/@micestsil

8. Os servidores públicos no debate

Reunindo as três redes, o servidor público aparece no debate de três formas: como objeto (a imprensa e os políticos falam sobre a remuneração dele), como rotina (o servidor mostra o ofício, sem tocar em salário) e, numa fração pequena, como voz que fala do próprio sistema remuneratório.

Esta subseção usa a marcação de vínculo da base do Instagram, feita a partir de bio e conteúdo, para descrever essa terceira forma.

A base do Instagram marca 186 contas com vínculo de servidor público identificável, responsáveis por 287 posts. O dado mais revelador é que 30 dessas contas são de políticos em exercício ou ex-mandatários: pessoas que acumulam a identidade de servidor com a vida eleitoral. A distribuição por área é desequilibrada: 19 das 30 vêm da Segurança Pública, contra 4 da Educação e casos isolados do Judiciário e do controle fiscal.



Na Segurança Pública, o cargo vira prefixo do nome político: @delegadojacovos, @delegadomarcelofreitas, @delegadopericles, @delegadofeliciolaterca, @coroneladailton, @coronelurzeda, @capitaocarpeoficial, @dep_albertofraga. Na Educação, o movimento existe, mas é menor: @janainacpaschoal (professora universitária), @carlosgiannazioficial e @jfmargarida.

A dupla chave funciona nos dois sentidos. Quando o tema é o teto alheio, esses mandatos atacam e capitalizam: o @delegadopericles celebrou a aprovação do PL dos supersalários na Câmara como "uma vitória para o país", e o @delegadocaveira transformou austeridade em prestação de contas, ao anunciar a devolução de R$ 2,1 milhões de verba de gabinete em 11 meses. [51]

Quando o assunto é a remuneração da própria corporação, o sinal inverte: o @coroneladailton comemora "mais uma conquista em benefício dos Militares Estaduais", e o @coronelurzeda cobra do governador a paridade e a integralidade dos veteranos.[52] O servidor-político fala de supersalário como quem aponta para fora; o salário de dentro aparece como direito da categoria.

[51] @delegadopericles, Instagram, 14/07/2021: https://www.instagram.com/p/CRUDGjQDxMe/; @delegadocaveira, 17/01/2020: https://www.instagram.com/p/B7bMv08Hn0S/?img_index=1

[52] @coroneladailton, Instagram, 26/04/2022: https://www.instagram.com/p/Cc1OM4bDq40/; @coronelurzeda, 26/05/2026: https://www.instagram.com/p/DYzigKrRWdo/

Fora da política, a voz mais forte do servidor comum no Instagram vem da Educação e tem um enquadramento próprio: a comparação entre o piso de quem ensina e o extra-teto de quem julga ou legisla.

O professor @williamdornela resume: "PISO para os professores... TETO para os servidores do Legislativo?", comparando o reajuste de 5,4% do piso do magistério com o bônus do Congresso, em post com 36 mil interações.[53] O @prof.gabriel.mendes faz o mesmo em registro de humor: "No meu trabalho a gente faz vaquinha pra comprar o lanche..." (3,5 mil).[54] Esses posts não pedem o fim do teto nem o defendem; apontam a distância entre a base e o topo do funcionalismo.

Há ainda uma camada técnico-corporativa, pequena e didática. O procurador @brunobetticosta explica a seus pares a consolidação do teto para Defensoria e procuradorias;[55] a juíza @paposobrejustica responde "por que às vezes parece que juízes recebem muito acima do teto", atribuindo os valores a pagamentos atrasados.[56]

É a defesa possível: explicativa, dirigida ao próprio campo, sem o tom de confronto da acusação.

No conjunto, o debate sobre os salários do serviço público é feito, em grande medida, sem os servidores comuns. Quando eles entram, o assunto muda de lugar: deixa de ser o teto dos ministros e vira a desigualdade interna do funcionalismo, entre o piso de quem está na base e os acréscimos de quem está no topo.

[53] @williamdornela, Instagram, 04/02/2026: https://www.instagram.com/p/DUWjTakEmdK/
[54] @prof.gabriel.mendes, Instagram, 08/02/2026: https://www.instagram.com/p/DUgOuBVkX5m/
[55] @brunobetticosta, Instagram, 11/08/2025: https://www.instagram.com/p/DNNw03Zxnay/
[56] @paposobrejustica, Instagram, 13/07/2025: https://www.instagram.com/p/DMDHOvPx5V3/

Glossário do debate

O debate se apoia em poucos termos que, com frequência, nomeiam a mesma coisa de maneiras diferentes, quando não antagônicas. Este glossário funciona como decodificador: além do significado, indica o registro de cada termo (se acusa, se defende ou se descreve) e aponta as confusões mais comuns. A regra de leitura é simples: quando dois termos descrevem o mesmo pagamento, a palavra escolhida revela a posição de quem fala.

Termo	Registro	O que significa no debate
Teto constitucional	Técnico / legal	Limite máximo de remuneração no serviço público (art. 37, XI da Constituição). No plano federal, equivale ao subsídio de ministro do STF: R$ 46.366,19 desde fevereiro de 2025, valor reafirmado pelo STF em 2026. É o ponto de referência objetivo de todo o debate.
Subteto	Técnico / legal	Limite próprio de estados e municípios, definido por emendas constitucionais (EC 41 e EC 47). Cria variações regionais no valor do teto.
Extrateto / acima do teto	Descritivo	Qualquer remuneração que ultrapassa o teto. Descreve o fenômeno sem, por si, julgá-lo.
Supersalário	Acusação	Remuneração pública considerada excessiva, em geral acima do teto. Termo jornalístico e político; não é categoria legal.
Penduricalho	Acusação	Gíria para os acréscimos que se somam ao salário-base e elevam a remuneração acima do teto. Virou o termo dominante do debate em 2026. Fora do debate, significa bijuteria ou enfeite.
Privilégio (do funcionalismo)	Acusação / moral	Enquadramento que trata o benefício como vantagem indevida de uma elite. É a palavra mais usada por partidos e políticos.
Marajá	Acusação (datada)	Servidor de altíssima remuneração. Expressão que marcou a eleição de 1989 (a "caça aos marajás"); hoje praticamente desapareceu do debate.
Teto duplex	Acusação / jornalístico	Apelido do acúmulo de salário e aposentadoria acima do teto por militares da reserva em cargos civis, permitido por portaria de 2021.
Verba indenizatória	Defesa / oficial	Pagamento a título de indenização (não como salário), que por isso não entra no cálculo do teto. É o nome oficial daquilo que a acusação chama de "penduricalho".
Auxílios (moradia, alimentação, saúde)	Oficial	Benefícios pagos a servidores, muitas vezes enquadrados como verba indenizatória. São o conteúdo concreto por trás da palavra "penduricalho".
Gratificação / retroativo	Técnico / oficial	Acréscimos por função ou pagamentos atrasados reconhecidos. Somados, engrossam a remuneração e viram alvo quando ultrapassam o teto.
Adicional por tempo de serviço (ATS)	Técnico / legal	Acréscimo de 5% ao subsídio a cada cinco anos de carreira, até o limite de 35%. É um dos dois blocos de vantagens que a tese do STF de 2026 preservou (seção 1).
Reforma Administrativa (PEC 32)	Processo político	Proposta de reestruturação do serviço público (2020), ligada ao enquadramento do "custo do funcionalismo". Marca a primeira onda do debate.

9. Nota metodológica e limitações

Classificação das contas.
Cada conta foi classificada por inferência, via código de programação e depois conferida manualmente, em uma de onze categorias, aplicadas da mesma forma às três redes: Veículo Jornalístico, Político, Partido Político, Influencer, Jurista / Advogado, Sindicato / Movimento, Órgão Público, ONG, Instituição Privada, Organização e Servidor Público, esta organizada por setor (Educação, Saúde, Segurança Pública, Judiciário, entre outros). A classificação considera bio, nome e conteúdo do perfil. Depuradas e classificadas, as bases fecham em 8.520 posts de 1.896 contas no Instagram, 2.096 vídeos de 648 canais no YouTube e 666 posts de 456 contas no TikTok.

Geografia.
O nível institucional resulta de classificação de conteúdo, a partir de referências a instituições federais, estaduais e municipais; a unidade federativa provém de inferência de bio e conteúdo, com cobertura parcial, e mede a UF referenciada, não a residência. Na base do Instagram desta versão, o rótulo "NE" na coluna de região significa "não especificado". A base do YouTube não traz UF, e a rede ficou fora da comparação regional.

Uso das redes.
Os números de usuários por plataforma no Brasil provêm do Digital 2026: Brazil (DataReportal), referentes a outubro/2025. São estimativas de audiência publicitária, não de usuários ativos.

Casos e valores citados.
Os nomes, cargos e valores em reais reproduzidos no relatório são os que os próprios posts noticiam, atribuídos à conta que os publicou, com o link do post em nota de rodapé quando disponível. Não constituem verificação independente; servem para evidenciar como o debate se constrói, não para atestar cada cifra.

Contexto.

A seção 1 consolida cobertura jornalística, estudos de organizações e dados institucionais, com o link de cada fonte em nota de rodapé. Não se localizou artigo revisado por pares especificamente sobre supersalários; e os valores atribuídos a estudos de organizações (por exemplo, o custo de cerca de R$ 20 bilhões) têm caráter advocatório e fonte única, e convém conferi-los no estudo primário. O julgamento dos embargos no STF foi concluído em 30 de junho de 2026, enquanto a coleta foi feita entre maio e junho de 2026.

Limitações centrais.

Os posts TikTok não têm data (uma limitação da API de coleta). O YouTube cobre período mais curto (junho de 2025 em diante) que o Instagram (2016 em diante); e as bases não são comparáveis em volume. A categorização de espectro político se restringe a manifestações públicas de contas e figuras declaradamente políticas.

Apêndice I

abate teto, ACS, ADM Publica, ADM Pública, agente comunitário de saúde, agente de endemias, agente penitenciário, aprovada no concurso, assistente social, auxílio paletó, auxilio paleto, bombeira, bombeiro, bombeiro militar, CAPS, concursada, concursadas, concursado, concursados, coordenadora pedagógica, Corpo de Bombeiros, delegada, delegado, diretora de escola, docente, educacao publica, educação pública, enfermagem, enfermeira, enfermeira do SUS, enfermeira SUS, enfermeiro, ESF, estatutária, estatutárias, estatutário, estatutários, extrateto, funcionalismo de luxo, funcionalismo publico, funcionalismo público, funcionalismo público salário, GCM, guarda, Guarda Civil, Guarda Civil Metropolitana, guarda municipal, investigador de polícia, magistério, médica, médica do SUS, médico, nomeado, orientadora educacional, PEC Supersalários, PEC Supersalarios, pedagoga, pedagogo, penduricalho, penduricalhos, penduricalhos judiciário, penduricalhos servidor, perito, perito criminal, PM, Polícia Civil, Polícia Federal, Polícia Militar, policial, policial civil, policial militar, policial penal, portal transparência servidor salário, PRF, privilégios serviço público Brasil, professor, professor concursado, professor estadual, professor municipal, professora, professora concursada, professora da rede pública, professora estadual, reforma administrativa, reforma administrativa salário servidor, reforma previdenciaria, reforma previdenciária, regime estatutário, remuneração professor rede pública, remuneração servidor público Brasil, salario acima do teto, salário acima do teto, salário acima teto funcionalismo, salário magistrado Brasil, salário policial militar Brasil, SAMU, sanitarista, secretaria de segurança pública, secretaria estadual de saúde, secretaria municipal de saúde, SEDUC, servidor, servidor da saúde, servidor de saude, servidor de saúde, servidor privilegiado, servidor público, servidora, servidora privilegiada, servidora pública, servidoras, servidores, sistema penitenciário, SSP, supersalário, supersalario, supersalário servidor público, supersalarios, supersalários, supersalários estados municípios, SUS, técnica de enfermagem, teto constitucional, teto constitucional servidor público, teto remuneratório, teto remuneratorio, tomei posse, transparencia publica, transparência pública, transparência pública salário servidor, UBS, UPA, vencimentos servidor estadual municipal, verba indenizatória, verba indenizatoria, vigilância epidemiológica, vigilância sanitária

Hashtags de Busca:

#acs, #acscomunidade, #adminpublica, #agentecomunitariodesaude, #assistentesocial, #bombeiromilitar, #concursada, #concursado, #educacaopublica, #enfermeiradosus, #enfermeirodosus, #funcionalismo, #funcionalismodeluxo, #guardacivil, #guardamunicipal, #medicadosus, #penduricalhos, #policialcivil, #policialfeminina, #policialmilitar, #policialpenal, #policiapenal, #professoraconcursada, #professoradarede, #professoraestadual, #professoramunicipal, #professorconcursado, #professordarede, #reformaadministrativa, #reformaprevidenciaria, #salarioacimateto, #saudepublica, #servidor, #servidoraprivilegiada, #servidorapublica, #servidordasaude, #servidorprivilegiado, #servidorsaude, #supersalarios, #tetoconstitucional, #transparenciapublica, #vidadeconcursada, #vidadepolicial, #vidadeprofessora